

# As “Linhas Maginot” da política brasileira

» RUBENS PENHA CYSNE

Professor da Fundação Getúlio Vargas — Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV EPGE)

**A**cordos com partidos que representam a velha política, com o objetivo de obter mais tempo de exposição na televisão ou a chamada “governabilidade”, estariam, ineficientemente, empregando táticas usadas em eleições pregressas, porém inapropriadas para o momento atual? Da mesma forma, plataformas políticas que pretendem solucionar os problemas do desemprego e do baixo crescimento brasileiro por meio de maiores gastos públicos estariam tentando reeditar procedimentos passados, porém inadequados às circunstâncias macroeconômicas atuais?

Esse tipo de indagação remete à lembrança da Linha Maginot francesa. O termo reflete uma falsa segurança que advém do uso, no tempo presente, de técnicas de altíssimo custo planejadas com demasiada ênfase na observação de fatos passados. Mas que, em função da modificação das circunstâncias, não seriam as mais indicadas no tempo presente.

O nome Linha Maginot deriva da tentativa da França, em torno de 1930, de ganhar segurança contra uma possível invasão da Alemanha por meio da construção de fortificações ao redor de sua fronteira. A tática se baseava na guerra de trincheiras que se observou na Primeira Guerra Mundial. Mas mostrou-se totalmente inadequada na Segunda Guerra. Com progressos técnicos e táticos, a Alemanha facilmente contornou as defesas francesas.

O nome do ministro francês André Maginot, veterano da Primeira Guerra, ficou definitivamente ligado a situações nas quais planeja-se, erroneamente, para o futuro em função de exagerada concentração na evolução dos fatos passados. São vários os exemplos históricos desse tipo, retratando ora grupos políticos, ora nações. Falham em observar que inovações tecnológicas, modificando as formas usuais de emprego da força e da comunicação, demandam mudanças táticas no processo de disputa pelo poder.

No caso brasileiro atual, acordos com os partidos tradicionais, com o objetivo de obtenção de maior tempo televisivo, podem sinalizar adesão a práticas políticas passadas, hoje desgastadas perante a população. A suposta contrapartida positiva de tal estratégia, entretanto, representada pelo maior espaço na televisão, talvez, não tenha o mesmo impacto que no passado. Progressos técnicos têm gerado uma força muito maior da mídia social individualizada, por meio de inúmeros dispositivos digitais que permitem a notícia em tempo real.

O mesmo tipo de argumento pode ser colocado quando a justificativa para acordos é a chamada “busca de governabilidade”. Numa sociedade desejosa de mudanças de práticas,



G O M E Z

isso pode implicar, do ponto de vista eleitoral, desvantagens superiores às vantagens. Passando da análise política à análise de condução de gastos e receitas públicas, observam-se também riscos de uma Linha Maginot fiscal. Há em torno de 12,9 milhões de pessoas desempregadas no país. Algumas plataformas políticas sugerem, a título de solução para esse problema, a elevação de gasto e do crédito público com o objetivo de criar empregos. O problema é que, atualmente, os fundamentos fiscais da economia não sugerem esse tipo de estratégia.

A atual relação dívida/PIB e o perfil da dívida pública refletem fundamentos macroeconômicos que têm permitido oscilações não desprezíveis das expectativas. Tal fato torna a travessia política a se dar ao final do ano bastante sensível a ideias não compatíveis com a realidade fiscal. A dívida líquida gira em torno de 53% do PIB. Estabilizar a razão dívida/PIB exigiria passar de um déficit primário de 2,1% para um superavit em torno de 3% do PIB. Estabilizar a dívida, por outro lado, demandaria um superavit primário da ordem de 4% do PIB.

O caminho trilhado pela Venezuela mostra que a ênfase demasiada na ação governamental para a solução de problemas econômicos, principalmente quando em momento inadequado, pode implicar severos traumas à economia. Tomemos as taxas efetivas de crescimento do Brasil, México,

Argentina e Venezuela nos anos de 2015, 2016 e 2017, bem como as taxas previstas pelo Banco Mundial (Global Economic Prospects de Junho de 2018) para 2018 e 2019.

O que se observa é que, partindo-se de um índice de produto real igual a 100 ao fim de 2014 para esses quatro países, chega-se ao término de 2019 com 113,7 para o México; 107,4 para a Argentina e 98,7 para o Brasil e 53,5 para a Venezuela, traduzindo uma impressionante queda de 46,5% do PIB real em cinco anos para esse último país. A premente necessidade de correção dos desequilíbrios fiscais em curso leva a crer que a economia brasileira ao fim de 2018 e início de 2019 poderá estar sujeita a uma “dominância circunstancial”. Nesse caso, são as circunstâncias macroeconômicas, traduzidas por oscilações no mercado financeiro, que acabam por ditar o rumo das medidas macroeconômicas.

Promessas de facilidades não cumpridas após as eleições têm o potencial de gerar uma forte perda de capital político, colocando em risco o suporte para a consecução das importantes e difíceis reformas a serem feitas. O país correria o risco de permanecer sem um rumo mais claro e definido por pelo menos mais quatro anos. Vários episódios retratam esse tipo de fenômeno pós-eleitoral na América Latina, inclusive, com desfechos de impeachment decorrentes da perda de confiança após uma forte mudança em relação ao que fora eleitoralmente prometido.